

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
DE JABOTICABAL - APAE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E O RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Abril de 2022

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E
O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2-4
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	5-6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

Jaboticabal - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaboticabal - APAE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos de possíveis ajustes que poderiam advir do assunto mencionado no parágrafo 1º, descrito na seção a seguir intitulada “base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaboticabal – APAE**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, combinadas com as aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

1. Como comentado na nota explicativa 8, a Entidade não possui cadastro analítico físico e financeiro atualizado dos bens registrados no ativo imobilizado, bem como não calcula e registra as depreciações destes bens não controlados. Os ajustes na contabilidade e seus efeitos não são possíveis de mensuração no momento. Conseqüentemente, não podemos concluir, e não concluímos, sobre os saldos acumulados do ativo imobilizado e os reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 22 de abril de 2022.


Rodrigo Garcia Giroldo

CRC 1SP222658/O-9

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em reais

	Nota	2021	2020
	explicativa		
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.088.027	1.058.437
Contas a receber	6	708.905	587.078
Outros créditos		22.297	16.746
Total do ativo circulante		1.819.229	1.662.261
Ativo não circulante			
Investimentos	7	21.679	15.920
Imobilizado	8	1.809.365	1.445.657
Total do ativo não circulante		1.831.044	1.461.577
Total do ativo		3.650.273	3.123.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em reais

	Nota		
	explicativa	2021	2020
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	65.000	-
Fornecedores		8.884	5.351
Salários e obrigações sociais		389	451
Obrigações tributárias		4.322	5.321
Provisão para férias e encargos		363.861	313.714
Outras obrigações		351.360	184.378
Total do passivo circulante		793.816	509.215
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	195.000	-
Provisão para demandas judiciais	10	2.000	14.000
Receita diferida – doação governamental	11	456.222	332.713
Total do passivo não circulante		653.222	346.713
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	12	2.267.911	2.443.987
Resultado do exercício		(64.676)	(176.077)
Total do patrimônio líquido		2.203.235	2.267.910
Total do passivo e patrimônio líquido		3.650.273	3.123.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em reais

	Nota		
	explicativa	2021	2020
Receita operacional bruta			
Subvenções e doações públicas e privadas	13	2.449.882	2.555.657
Serviços prestados – atendimento SUS	13	1.950.349	1.695.754
Outras subvenções a receber		371.053	410.200
		4.771.284	4.661.611
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(5.132.730)	(4.960.445)
Outras receitas operacionais	16	269.869	111.980
		(4.862.861)	(4.848.465)
Déficit antes do resultado financeiro		(91.577)	(186.854)
Receitas financeiras		42.698	26.638
Despesas financeiras		(15.797)	(15.861)
	17	26.901	10.777
Resultado do exercício	18	(64.676)	(176.077)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em reais

	2021	2020
Resultado do exercício	<u>(64.676)</u>	<u>(176.077)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(64.676)</u>	<u>(176.077)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em reais

	Patrimônio social	Deficit do exercício	Total do patrimônio social
Saldos em 1º de janeiro de 2020	2.728.948	(284.960)	2.443.988
Transferência do resultado para o patrimônio social	(284.960)	284.960	-
Déficit do exercício	-	(176.077)	(176.077)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.443.988	(176.077)	2.267.911
Transferência do resultado para o patrimônio social	(176.077)	176.077	-
Déficit do exercício	-	(64.676)	(64.676)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.267.911	(64.676)	2.203.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL – APAE

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em reais

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Déficit do exercício	(64.676)	(176.077)
Ajustes para conciliar o (déficit) superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações	56.508	51.134
Provisão para contingência	(12.000)	14.000
Resultado do exercício ajustado	(20.168)	(110.943)
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	(121.827)	(107.293)
Outros ativos	(5.550)	(1.328)
Fornecedores	3.533	(9.653)
Salários e obrigações sociais	(62)	(3.135)
Férias e encargos	50.147	(72.830)
Outros passivos	289.492	268.271
Disponibilidades líquidas (aplicadas) geradas pelas ativ. operacionais	195.565	(36.911)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aumento em investimentos	(5.759)	(5.603)
Aumento em imobilizado	(420.216)	(139.018)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	(425.975)	(144.621)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Varição em empréstimos e financiamentos	260.000	-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamento	260.000	-
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	29.590	(181.532)
Varição do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.088.027	1.058.437
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.058.437	1.239.969
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	29.590	(181.532)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em reais

1. Contexto operacional

A **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaboticabal – APAE** de Jaboticabal, associação civil, de direito privado e natureza socioassistencial, sem fins econômicos, com duração indeterminada, há 50 anos dedica-se à Missão Institucional de promover qualidade de vida das pessoas com deficiência e de suas famílias, possibilitando-lhes o acesso a bens imateriais e serviços de qualidade, através de ações de prevenção, habilitação e reabilitação, articulação com políticas públicas e de garantia e defesa de direitos.

Regida por Estatuto Social próprio que evidencia suas características, regras relativas ao funcionamento, aos direitos e aos deveres dos associados, atribuições dos cargos deliberativos, executivos e fiscais, objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, escrituração de acordo com os Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade.

Baseada em valores de respeito à diversidade humana, de solidariedade, igualdade de direitos, princípios de impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, transparência e contrária a qualquer forma de discriminação.

A APAE de Jaboticabal executou os serviços especializados nas áreas de atuação de Assistência Social, Educação e Saúde, destinados às pessoas com Deficiência Intelectual, Física, Múltipla e com Transtorno do Espectro Autista e às suas respectivas famílias, visando atender as dimensões do cotidiano de pessoas com deficiência, na perspectiva da autonomia, da emancipação e garantia de direitos destes cidadãos.

No mês de fevereiro de 2020, a Portaria nº 188 do Ministério da Saúde declarou estado de emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus, que foi elevada ao estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde, sendo que, em meados de março, foi publicada uma série de atos administrativos de competência dos Poderes Executivos Federal, Estadual e Municipal adotando-se medidas de caráter temporário e emergencial para a prevenção ao contágio pela Covid-19, de caráter temporário e emergencial, que influenciou todos os setores da sociedade e consequentemente das organizações sociais do 3º Setor.

A APAE de Jaboticabal acompanhou atentamente estes atos administrativos publicados no decorrer do exercício de 2020 e 2021, readequando os serviços prestados seguindo normativas trabalhistas, preventivas, higienizantes e restritivas com a substituição dos atendimentos presenciais por formas remotas, conforme as recomendações dos protocolos do Ministério da Saúde, das Secretarias de Educação e de Desenvolvimento Social Estadual e do próprio município.

Assim, a Entidade elaborou o Plano de Contingência Contra o Coronavírus e adotou medidas de contenção de danos, salvaguardando a saúde das pessoas com deficiência atendidas, de suas famílias e dos profissionais envolvidos na prestação de serviços, garantindo o acesso do público aos atendimentos especializados, às informações e às orientações pertinentes, inclusive em relação às novas demandas trazidas pela pandemia e aos encaminhamentos devidos, privando da atenção integral a pessoa com deficiência e do trabalho em rede.

Dando continuidade ao aprimoramento de sua gestão administrativa, esta organização criou estratégias de desenvolvimento social, tecnológico e econômico que garantissem a execução dos objetos pactuados de interesse mútuo e recíproco em relação à gestão pública, inclusive gerando os recursos cabíveis à complementação das demandas multidimensionais que envolvem o público atendido, materializando os pressupostos das políticas públicas no atendimento aos usuários, possibilitando o alcance de resultados tangíveis como o de número de pessoas atendidas ou de intervenções/procedimentos realizados ou ainda econômicos e intangíveis, como a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiências.

No âmbito da Assistência Social atuou na perspectiva de assegurar aos usuários e famílias, uma política garantidora de direitos, baseada em objetivos de conquista da autonomia, de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e de Inclusão Social, promovendo a Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e Promoção de sua Inclusão à Vida Comunitária, realizando os Níveis de Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade, de modo tipificado.

Do primeiro nível, executou o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, na Modalidade de Centro-dia, voltado ao atendimento direto de pessoas com deficiências, acima de 30 anos de idade, em situação de dependência, com limitações agravadas por algum tipo de violação de direitos, que requeriam cuidados temporários ou permanentes, além do atendimento às famílias, uma vez que serviço socioassistencial teve foco na Matricialidade Sociofamiliar, desenvolvendo seu protagonismo social e a defesa de direitos.

Já no Nível de Alta Complexidade, executou o Acolhimento Institucional, na Modalidade de Residência Inclusiva, de âmbito municipal, destinado a jovens e adultos com deficiência, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, prestado de modo personalizado e ininterrupto, inserido na comunidade, objetivando a construção da autonomia, possibilidade de reinserção em família extensa e a inclusão sócia, produtiva e comunitária dos residentes.

No âmbito educacional, ofertou o Atendimento Educacional Especializado/AEE em regime de contraturno escolar, complementando questões de aprendizagem escolar e de desenvolvimento de pessoas com deficiências matriculadas na Rede Municipal de Ensino.

Ofertou ainda os Níveis de Ensino de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, na modalidade de Educação Especial, além de ofertar a Modalidade de Educação Especial para o Trabalho, aos alunos residentes em Jaboticabal e nos municípios vizinhos de Barrinha e Guariba. O ano letivo teve início com a substituição da forma presencial das aulas pelo sistema EaD – Ensino à Distância, sendo o retorno presencial possível a partir de junho/2021 de modo escalonado, com 35% dos alunos/sala, com a devida autorização das famílias e ainda seguindo todos os protocolos sanitários de prevenção à contaminação e transmissibilidade do Coronavírus. A partir do período de Férias Escolares, realizado em julho/2021, foi possível a retomada presencial das aulas, que ocorreu para 100% dos alunos matriculados.

Enquanto ponto de atenção de saúde, a APAE de Jaboticabal funcionou como CER II, executando a Habilitação e Reabilitação Física e Intelectual, atendendo pessoas com demandas decorrentes de deficiência temporária ou permanente, progressiva, regressiva ou estável; intermitente ou contínua; extensivo à população identificada no Colegiado de Gestão Regional “Horizonte Verde”, que atende Jaboticabal e os municípios de Dumont, Monte Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Sertãozinho, Guariba e Barrinha; promovendo dos usuários, o acesso ao SUS – Sistema Único de Saúde, o desenvolvimento de funcionalidades, autonomia e independência; articulando a outros pontos de atenção especializada em Saúde. A Saúde ainda executou o atendimento especializado de igual teor aos alunos e usuários matriculados nos serviços educacionais e socioassistenciais prestados pela APAE às pessoas com deficiências do município e das cidades vizinhas de Guariba e Barrinha.

Quanto à Gestão Administrativa, esta organização enfrentou os desafios que diariamente se impuseram, desde as complexas demandas trazidas pelo público beneficiário direto das ações e por suas famílias, até as demandas financeiras que se avantajaram em relação ao controle dos riscos de contaminação e transmissibilidade da Covid-19 e pelas sucessivas supressões do Recurso Federal da política de Assistência Social.

A APAE de Jaboticabal buscou estratégias de desenvolvimento social, tecnológico e econômico que garantissem a execução dos Objetos de interesse mútuo e recíproco pactuados com a Gestão Pública, inclusive gerando os recursos cabíveis à complementação das demandas multidimensionais que envolvem o público atendido, materializando os pressupostos das políticas públicas no atendimento aos usuários, possibilitando o alcance de resultados tangíveis como o de números de pessoas atendidas ou de intervenções/procedimentos realizados ou ainda econômicos, e intangíveis, como a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiências.

Atuando na intersetorialidade de políticas sociais básicas de Assistência Social, Educação e Saúde; prestou serviços de modo planejado, permanente, contínuo e com total gratuidade aos seus beneficiários; atendeu a 626 pessoas, compatibilizando-se às Metas estabelecidas no Plano de Ação “Autonomia e Garantia de Direitos”, e nos Contratos de Parcerias pactuados com os entes governamentais, inclusive realizando ajustes nos Planos de Aplicação, com o consentimento dos órgãos gestores públicos.

Baseando-se em valores de respeito à diversidade humana, de solidariedade e de igualdade de direitos; e em princípios de impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e

transparência; contrária a qualquer forma de discriminação; esta organização social manteve seus esforços para melhor atender as dimensões do cotidiano de pessoas com deficiência, na perspectiva da autonomia, da emancipação e da garantia de direitos destes cidadãos.

Executando ações relacionadas a prevenção, a habilitação e reabilitação, ao trabalho, ao esporte/cultura/lazer, aos estudos e pesquisas, à defesa e garantia de direitos, ao aprimoramento das provisões para a oferta dos serviços e da equipe profissional, as quais se destacaram:

Assistência Social

Proteção Social Especial de Média Complexidade - Execução do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiências, Idosos e suas Famílias.

Quanto à execução das Metas previstas no Plano de Trabalho relativa ao atendimento de 85 pessoas com deficiências e de 70 famílias, considera-se cumpridas as Metas para além do estabelecido, uma vez que foram atendidas 87 Pessoas com deficiências na Modalidade de Centro-dia e 211 famílias, justificado o aumento da demanda por intervenções socioassistenciais junto às famílias, devido ao contexto

Pandêmico e socioeconômico que agravou condições de subsistência, influenciou na dinâmica familiar e questão da sobrecarga de cuidados da família e no seu protagonismo social. Demonstração das Metas de Atendimento/Atividades alcançadas pelo serviço socioassistencial:

Meta 01 - Orientar e apoiar as famílias acompanhadas pelo Serviço de Proteção Social Especial na superação de questões cotidianas, de sobrecarga e consequente desgaste de vínculos provenientes da relação de prestação/demanda de cuidados permanentes ou prolongados.

- Nº de Grupos “Escola de Famílias” – 04.

- Nº de famílias que referem diminuição da sobrecarga na prestação de cuidados aos usuários - 58.5% - Ótimo e 36.6% - Bom.

Meta 02 - Realizar o acolhimento social dos interesses e necessidades dos usuários. (janeiro a dezembro)

- Nº de acolhimentos (modo remoto) - 539.

- Nº de fatores predisponentes de vulnerabilidade social levantados individualmente (modo remoto e/ou presencial) - 68.

- Nº de grupos “Roda de Conversa” (presencial, de setembro a dezembro) - 54.

Meta 03 - Viabilizar o desenvolvimento e/ou a manutenção de potencialidades, visando a autonomia pessoal e a inclusão produtiva e social dos usuários acompanhados pelo Serviço de Proteção Social Especial. (Individual, Remoto, de janeiro a dezembro)

- Nº de participações em Autonomia Pessoal e de Organização de Vida Cotidiana – 2.814.

- Nº de Participações em Atividades de Desenvolvimento do Convívio Familiar, Grupal e Social – 379.
- Nº de Participantes em Atividades de Defesa de Direitos e de Mobilização para a Cidadania – 1.362.
- Nº de Participações em Atividades Laborterápicas – 266.
- Nº de Participações em Atividades de Qualidade de Vida – 356.
- Nº de Participantes em Atividades Artísticas e Culturais – 255.
- Nº de pessoas que desenvolveram ou mantiveram potencialidades, conforme a Pesquisa de Qualidade dos Serviços e de Satisfação (PQSS) - Dos 41 Formulários respondidos, 29 usuários consideraram “Ótimo”, 12 “Bom”.

Meta 04 - Identificação de vulnerabilidades e riscos sociais

- Realização de 12 Diagnósticos Sociofamiliares e Econômicos.
- Atualização outros 56 Diagnósticos.
- Realização de 05 Entrevistas Sociais com Famílias de Usuários do Serviço, na modalidade de Centro-Dia.
- Realização de 04 Pareceres Sociais.

Meta 05 - Fortalecimento da função protetiva das famílias atendidas

- Realização de 291 atendimentos individuais às famílias e/ou cuidadores.
- Realização de 128 Visitas Domiciliares (incluindo as realizadas por Pedagoga ou Educador Social).
- Realização de 789 contatos telefônicos.
- Realização de 5.981 Acolhimentos e Orientações às famílias ou responsáveis.

Meta 06 – Promoção do acesso das famílias de maior vulnerabilidade social aos benefícios, aos serviços socioassistenciais, à rede de serviços (público e privado) afins e ao Sistema de Garantia de Direitos

- Encaminhamento de 24 famílias ao recebimento do BPC - Benefício de Prestação Continuada.
- 08 articulações para o recebimento do BPC.
- Encaminhamento de 28 famílias à rede de serviços afins.
- Realização de 225 articulações para encaminhar as famílias à rede de serviços afins.
- Encaminhamento de 22 famílias aos serviços públicos de Assistência Social.
- Realização de 38 articulações para o encaminhamento de famílias aos serviços públicos de Assistência Social.
- Realização de 01 reunião com a rede de serviços públicos de Assistência Social.
- Encaminhamento de 05 famílias aos órgãos relativos ao Sistema de Garantia de Direitos.

- Realização de 46 articulações junto aos órgãos relativos ao Sistema de Garantia de Direitos.
- Realização de 17 reuniões junto aos órgãos relativos ao Sistema de Garantia de Direitos.
- Realização de 21 participações em reuniões internas para discussão de casos.
- Realização de 246 articulações junto ao serviço de Saúde da Apae.
- Realização de 29 articulações com o serviço de Educação.
- Realização de 117 assessorias jurídicas para efetivação dos direitos dos usuários.
- Realização de 163 encaminhamentos internos visando assessoria jurídica.

Meta 07 – Promoção de reuniões e/ou capacitações da Equipe de Assistência Social

- 05 participações em cursos ou palestras.
- Realização de 40 reuniões internas.

Meta 08 - Acolhimento das demandas trazidas pelos usuários (individualmente)

- Realização de 58 acolhimentos que necessitam de intervenção técnica.
- Realização de 05 inserções de usuários no Mercado de Trabalho.

Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Execução do Serviço de Acolhimento Institucional - Modalidade de Residência Inclusiva

Quanto à execução das Metas previstas no Plano de Trabalho relativa ao atendimento de 10 usuários, considera-se cumprida a Meta, uma vez que o Serviço de Acolhimento Institucional manteve a capacidade máxima de atendimento durante todo o ano, destinado a 10 pessoas com deficiências, maiores de 18 anos de idade, com vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos, sem diferenciação por questão de gênero e sem condições de autossustentabilidade, de modo ininterrupto. Demonstração das Metas de Atendimento/Atividades alcançadas pelo serviço socioassistencial:

Meta 01 – Fortalecimento de vínculos interpessoais, familiares e sociais

- Realização de 46 orientações para fortalecimento de vínculos.
- Realização de 04 visitas efetuadas pelos residentes às famílias extensas/amigos.
- Promoção de 27 visitas assistidas de familiares ou amigos.

Meta 02 - Acolhimento das demandas trazidas e identificadas pelos residentes

- Realização 158 escutas qualificadas e devidas intervenções para atender as necessidades individuais dos residentes.

Meta 03 - Promoção de acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais ou serviços afins (público e privado)

- Realização de 12 articulações com a rede de Serviços Socioassistenciais do município, 24 com Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

- Promoção de 04 assessorias jurídicas para a efetivação dos direitos.
- Realização de 98 articulações com serviços afins (público e privado).

Meta 4 - Promoção de capacitações à Equipe de Assistência Social

- Promoção de 04 participações em cursos e/ou palestras.
- Promoção de 03 participações em Reuniões Internas.

Meta 05 - Contribuição à formação de vínculos familiares e sociais

- Promoção de 02 encontros entre residentes e familiares ou amigos.
- Realização de 23 participações em atividades e/ou eventos comunitários e sociais.

Meta 06 – Viabilização de atividades de manutenção e/ou desenvolvimento de capacidades adaptativas para a vida diária

- Realização de 16 Rodas de Conversa para promoção de autonomia e de organização da vida cotidiana.
- 04 residentes consideraram “Ótimo” o desenvolvimento da sua autonomia e 05 “Bom” (Pesquisa sobre a Qualidade dos Serviços e Satisfação dos Usuários).
- 06 residentes frequentando cursos semi/profissionalizantes.
- 03 residente inserida no mercado de trabalho.
- 02 inseridos em serviço socioassistencial de Centro-dia.
- 02 matriculados em Escola Especial.

Educação

1. Modalidade de educação especial

Quanto à execução das Metas previstas no Plano de Trabalho pactuado com o Órgão Gestor Estadual relativa ao atendimento de 79 alunos na Modalidade de Educação Especial, considera-se cumprida as Meta, uma vez que foi propiciado no exercício de 2021, o acesso à Educação Básica, Nível de Ensino Fundamental, a 30 alunos da Fase I – Séries Iniciais (06 a 14 anos e 11 meses) e 49 alunos da Fase II – Socioeducacional (acima de 15 anos).

Da parceria com o Órgão Gestor Municipal para a execução do Atendimento Educacional Especializado/AEE, cuja Meta de atendimento em regime de contraturno escolar estabelecida no Plano de Trabalho era de até 120 alunos, vulnerabilizados socialmente e/ou com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e/ou com Deficiência Intelectual, Múltipla e Transtorno do Espectro Autista (TEA); matriculados na Rede Municipal de Ensino; executado no exercício de 2021, tendo atendido a 111 alunos, considerando-se satisfatório o cumprimento da Meta. Já a execução do Atendimento Educacional aos alunos com Deficiência Intelectual, Múltipla e Transtorno do Espectro Autista, que necessitam de apoio permanente ou substancial (TEA), que não se beneficiam com a permanência em classes comuns do ensino regular, considera-se a execução de 100% da Meta estabelecida no Plano de Trabalho.

2. Educação especial para o trabalho

A Modalidade de Educação Especial para o Trabalho ofertou o Programa de Habilidades Básicas e de Autogestão, organizado em módulos de 800 horas, com meta de atender a 26 alunos, no contraturno do ensino regular, cumpriu satisfatoriamente a meta, tendo atendido a 25 alunos, na preparação para o Mercado de Trabalho.

Saúde

- Número Total de Pessoas Atendidas - 626 pacientes.
- Atendimento Neurossensorial – Atendimento a 249 pacientes – totalizando 12.444 procedimentos.
- Atendimento em Centro Especializado em Reabilitação Física e Intelectual/CER II – Atendimento a 383 clientes SUS – totalizando 21.056 procedimentos.

Para a execução dos Serviços acima citados, a APAE de Jaboticabal, se responsabilizou pela gestão de pessoas e pelo gerenciamento administrativo e financeiro do recurso recebido, realizando:

- a) Manutenção e incremento das Provisões necessárias ao funcionamento dos serviços como de infraestrutura, dos recursos materiais de custeio, equipamentos e de capital humano;
- b) Pagamento de Encargos Trabalhistas, Previdenciários e Tributários decorrentes da execução destes serviços e pelos demais ônus incidentes;
- c) Ajustes em Planos de Trabalho, relacionados à Aplicação do Recurso Financeiro, em decorrência das medidas de prevenção à Covid-19, tendo em vista as normativas governamentais como:

c.1- Decreto Municipal Nº 7.350 de março/2021 – sobre medidas emergenciais de proteção, de caráter temporário e excepcional, correspondendo ao “Lockdown” de 17 a 21/03/2021.

c.2- Decreto Municipal Nº 7.405 de 2021 sobre regras e providências para o enfrentamento da Covid-19 (Teletrabalho, limite de 35% de alunos presencialmente, em escolas particulares, respeito às restrições impostas pelos Decretos Municipais ou no Decreto do Estado de São Paulo - “PLANO SÃO PAULO).

c.3- Decreto Municipal Nº 7.443 de julho/2021 – sobre restrições de atendimento presencial (escalonamento, aferição de temperatura).

c.4- Lei da Presidência da República Nº 14.151 de 12/05/2021 – sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante o estado de emergência em saúde pública de importância nacional decorrente do Novo Coronavírus.

c.5- Lei da Presidência da República Nº 14.189 de 28/07/2021 – sobre a alteração da Lei Nº 13.992 de 22/04/2020, prorrogando a suspensão da obrigatoriedade sobre a manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviços de saúde de qualquer natureza no âmbito do SUS.

- d) Prestações de Contas tempestivamente, de forma física e virtual; além de sua guarda.
- e) Encaminhamento de Relatórios de Acompanhamento dos Serviços executados.
- f) Divulgação das ações em sítio eletrônico.
- g) Capacitação Profissional.
- h) Realização de campanhas e eventos para a Captação de Recursos próprios.
- i) Articulação com Gestores Públicos mediante qualquer espécie de intercorrências no período.

Com a finalidade de garantir a participação na vida institucional do público alvo das ações desenvolvidas pelos diferentes serviços e de suas famílias a APAE de Jaboticabal aplicou Pesquisa sobre a Qualidade dos Serviços e a Satisfação dos Usuários, onde constatou a inexistência de avaliações que desabonassem os atendimentos especializados prestados, materializando o objetivo maior de gerar impactos positivos na vida de pessoas com deficiência.

1.1. Covid-19

Com a declaração do estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus dada pela Portaria nº 188/2020 do Ministério da Saúde, sendo essa elevada ao estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde, foi tomada uma série de atos administrativos de competência dos Poderes Executivos Federal, Estadual e Municipal gerando mudanças organizacionais de caráter temporário e emergencial de prevenção ao contágio pela Covid-19 a fim de lidar com a nova realidade.

Considerando os impactos da pandemia no âmbito da saúde e a sua repercussão na ordem econômica e social em todos os setores da sociedade, a APAE de Jaboticabal sentiu seus efeitos tanto em sua dinâmica de funcionamento para a operacionalização dos serviços pactuados destinados à parcela vulnerável da população pela questão da deficiência e das comorbidades associadas a ela, quanto com relação aos recursos humanos e materiais necessários ao combate da Covid-19.

Assim, a área de Gestão da APAE de Jaboticabal, preocupada com o impacto dos efeitos da pandemia e com as incertezas sobre a continuidade operacional da Organização, ao divulgar as demonstrações financeiras efetuadas no exercício fiscal de 2020, associadas aos procedimentos tomados no sentido de minimizar danos e de se evitar a transmissibilidade do coronavírus, considerou as normativas:

Decreto Nº 64.862 de 13 de março de 2020, em conformidade a:

- Recomendação da suspensão de aulas no âmbito da Secretaria Estadual de Educação, gradualmente de 16 a 23 de março de 2020, como medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Covid-19.

Decreto Municipal Nº 7.130 de 16/03/2020, em conformidade a:

- Fixação de cartazes e mensagens sobre os cuidados de prevenção ao contágio pelo

coronavírus;

- Suspensão das aulas da Educação Básica, sistema em que a Escola de Educação Especial da APAE de Jaboticabal está inserida;
- Suspensão do agendamento de visitas à unidade de acolhimento institucional, semelhante ao recomendado para as instituições de acolhimento de idosos;
- Reuniões preferencialmente virtuais;
- Suspensão do trabalho dos colaboradores com 60 (sessenta) anos ou mais que apresentavam comorbidades para evitar o contato social.

Resolução da Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira do Estado de São Paulo SS Nº 28 de 17 de março de 2020.

- Adoção das orientações de funcionamento dos serviços de saúde, conforme preconizado pelo Estado de São Paulo para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, com relação à desinfecção de ambientes e procedimentos de higiene.

Resolução SEDUC de 18 de março de 2020 que homologa a **Deliberação CEE nº 177**, em conformidade:

- Propõe que as instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, públicas ou privadas da Educação Básica, no caso da Escola de Educação Especial da APAE, reorganizem o calendário escolar nesta situação emergencial propondo formas de realização de atividades escolares não presenciais.
- Propõe a utilização de recursos oferecidos pelas tecnologias de informação e comunicação para alunos do Ensino Fundamental, com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação, promovendo a aprendizagem de forma remota.

Decreto Estadual Nº 64.881 de 22 de março de 2020, em conformidade:

- Decretada medida de quarentena com restrição de atividades e de circulação de pessoas no âmbito do Estado, com limite às necessidades imediatas de alimentação, cuidados de saúde e exercício de atividades essenciais.

Decreto Municipal Nº 7.166 – Altera a Redação do Decreto Nº 7.132, de 21 de março de 2020, em conformidade:

- Medidas de prevenção à Covid-19:
 - . Passo a passo para a higiene das mãos.
 - . Etiqueta ao espirrar ou tossir, cobrindo boca e nariz com a parte interna do antebraço e uso de lenço descartável para limpar secreções.
 - . Manter a casa e o ambiente de trabalho ventilados.
 - . Evitar lugares com aglomeração de pessoas.
 - . Realizar saudações sem contato físico.

Portaria do Ministério da Cidadania nº 369 de 29 de abril de 2020, em conformidade:

- Dispõe sobre o repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de

ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), também no âmbito municipal, devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência de infecção humana pelo novo coronavírus, Covid-19; principalmente no que se refere à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para os profissionais das unidades públicas de atendimento do SUAS, e de alimentos, para as unidades de acolhimento institucional para pessoa com deficiência.

Decreto Estadual Nº 64.959 de 04 de maio de 2020 e **Boletim Epidemiológico do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública - COVID 19 nº 7**, em conformidade:

- Obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção facial por pacientes, famílias, colaboradores e fornecedores, como medida adicional ao distanciamento social e como condição de ingresso e permanência em espaços de acesso ao público e no interior dos estabelecimentos que executam atividades essenciais.

Portaria do Ministério da Cidadania Nº 378 de 07 de maio de 2020, em conformidade:

- Repasse de recurso extraordinário do financiamento federal do SUAS para incremento temporário na execução de ações socioassistenciais nos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus, COVID-19, aumentando a capacidade de resposta da rede às famílias e aos indivíduos em situação de risco e de vulnerabilidade social.

Medida Provisória da Presidência da República Nº 927 de 22 de março de 2020, em conformidade:

- Dispõe sobre as medidas trabalhistas para o enfrentamento do estado de calamidade pública e da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus, visando a preservação do emprego e da renda, de preponderância sobre outras normativas dentro de limites constitucionais, especificamente no que tange ao teletrabalho, à antecipação de férias individuais e à postergação de 1/3 de pagamento, ao aproveitamento e à antecipação de feriados, suspensão da exigibilidade do recolhimento do FGTS, banco de horas, entre outras.

Cartilha sobre “O Uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, no Atendimento Ambulatorial”, da FEAPAE/SP, segundo Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 04/2020 (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), em conformidade:

Para área institucional comum:

- Orientação a todos os profissionais da APAE no sentido de apoiar as medidas sanitizantes de prevenção à contaminação pela Covid-19 adotadas na Organização, principalmente com relação ao uso apropriado de EPI – Equipamento de Proteção Individual.

- Colocação de dispensadores com preparações alcoólicas a 70% para a higiene das mãos nas salas de espera e estimular a higiene das mãos após contato com secreções respiratórias.

- Prover condições para a higiene simples das mãos: lavatório/pia com dispensador de sabonete líquido, suporte para papel toalha, papel toalha, lixeira com tampa e abertura sem

contato manual.

- Orientação aos pacientes, às famílias, aos fornecedores, aos colaboradores e ao público em geral quanto à higiene respiratória/etiqueta da tosse, cobrindo o nariz e a boca com cotovelo flexionado ou lenço de papel; ao uso do lenço de papel descartável para a higiene nasal e descarte imediatamente após o uso, seguido da higiene das mãos; não tocar mucosas de olhos, nariz e boca e realizar a higiene das mãos com água e sabonete ou preparação alcoólica.

- Intensificação da limpeza e desinfecção de objetos e superfícies, principalmente as mais tocadas, como maçanetas, interruptores de luz, corrimões, torneiras e botões acionadores.

- Manter os ambientes ventilados (ar condicionado com exaustão que garanta as trocas de ar ou manter as janelas abertas).

- Manutenção da distância de no mínimo 1,5m de outras pessoas e não provocar aglomeração em áreas coletivas, locais de descanso, refeição, locais de registro de frequência, etc.

- Intensificação da limpeza dos ambientes e imediatamente após a ocorrência de sujidades no ambiente e nos equipamentos, mesmo após ter sido realizada a limpeza concorrente e a desinfecção das superfícies com álcool a 70% ou cloro, que inativam o vírus.

Para área de saúde e profissionais:

- Orientação aos profissionais de saúde quanto a evitar tocar superfícies próximas ao paciente (por exemplo, mobiliário e equipamentos) e aquelas fora do ambiente próximo ao paciente, com luvas ou outros EPI contaminados ou com as mãos contaminadas.

- Eliminação ou restrição ao uso de itens compartilhados por pacientes como canetas, pranchas e telefones.

- Realização de limpeza e desinfecção de equipamentos e produtos para saúde que tenham sido utilizados na assistência aos pacientes suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus.

- Orientação aos profissionais de saúde e de apoio para utilizarem Equipamentos de Proteção Individual (EPI) caso entrem na área de isolamento, prestem assistência ou realizem atividades a menos de 1 metro dos pacientes suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus.

- Suspensão de atividades grupais ou atendimentos em grupo, durante o período de medidas restritivas.

- Orientação sobre uso, remoção e descarte adequado dos EPIs, bem como na prática correta de higiene das mãos nos momentos indicados.

- Utilização obrigatória de máscara pelos profissionais do serviço, como medida de prevenção para limitar a propagação de doenças respiratórias, incluindo o SARS-CoV-2, que possua no mínimo 2 camadas sendo resistentes à penetração de fluidos transportados (gotículas) pelo ar. Ressalvando o cuidado ao manuseá-la com segurança para cobrir a boca e o nariz fazendo os ajustes para minimizar os espaços entre a face e ela. Evitar de tocar na

parte externa dela e higienizar as mãos imediatamente, caso isso ocorra. Removê-la com técnica apropriada pelas tiras laterais e fazer a higiene das mãos. Substituindo a máscara suja e úmida por uma nova máscara limpa e seca, e não reutilizar máscaras descartáveis. A Máscara N95/PPF2 deverá ser utilizada por profissionais de saúde e de apoio quando há realização de procedimentos geradores de aerossóis.

- Utilização de luvas de procedimentos não cirúrgicos para qualquer contato com o paciente ou seu entorno (precaução de contato), sem tocar em outros materiais/superfícies de uso comum, ou luvas estéreis quando o procedimento exigir técnica asséptica, devendo colocá-las dentro da sala de atendimento ao paciente e removê-las com técnica correta, descartando-as como resíduo infectante, higienizando as mãos imediatamente após a retirada, sem jamais reutilizá-las.

- Utilização de óculos de proteção ou protetores faciais (que cubram a frente e os lados do rosto), exclusivos de cada profissional, evitando a exposição do profissional a respingos, secreções corporais e excreções, com limpeza e desinfecção com álcool líquido a 70% ou hipoclorito de sódio, imediatamente após o uso. Caso o protetor facial tenha sujidade visível, deve ser lavado com água e sabão/detergente e só depois dessa limpeza passar pelo processo de desinfecção pelo profissional com luvas.

- Utilização de avental impermeável de malha e abertura posterior para assistência ao paciente, removendo-o com cuidado e descartando-o como resíduo infectante após a realização do procedimento, higienizando as mãos.

- Utilização de gorro descartável em procedimentos que possam gerar aerossóis, sendo seu descarte realizado como resíduo infectante.

- Utilização de técnica de higiene simples das mãos com sabonete líquido e água, desde a retirada de acessórios (anel), abrir a torneira, ensaboar, entrelaçar e esfregar dedos, enxaguar, secar as mãos com papel toalha e utilizar o papel para fechar a torneira.

- Orientações específicas ao atendimento domiciliar do paciente quanto a não tocar em objetos da casa, usar avental, levar a própria garrafa de água, manter distanciamento e passar orientações à família sobre questões de higienização.

Dentre as medidas adotadas, destacam-se:

Elaboração do plano de contingências contra o coronavírus contendo medidas de contenção de danos referente aos serviços:

Escola de Educação Especial

- Orientação às famílias dos alunos da Escola Especial, do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado e da Educação Especial para o Trabalho, com relação às medidas sanitárias de higiene pessoal e do ambiente, e quanto ao isolamento social.

- Concessão de recesso escolar, pelo prazo de 15 dias, a fim de prevenir e controlar a infecção pelo novo coronavírus de 23 de março a 06 de abril de 2020.

- Antecipação de férias individuais aos professores de 07 a 21 de abril de 2020.

- Retomada das atividades escolares na modalidade de Ensino à Distância a partir de 22 de abril de 2020.

- Disponibilização de máscara facial, de uso obrigatório, aos profissionais da educação.
- Reorganização do calendário escolar no 1º quadrimestre, segundo normativas da Secretaria de Educação do Estado, homologado pela Divisão de Ensino – Regional de Jaboticabal.
- Elaboração do plano de retorno às aulas presenciais (conforme recomendação do Plano São Paulo).

Serviços de proteção social especial

- Orientação às famílias e aos usuários do serviço na modalidade de centro-dia, quanto a medidas de contenção de danos provocados pela pandemia do novo coronavírus.
- Recomendação aos alunos e usuários a permanecerem em suas residências, pelo período de até 14 dias, se houver sintoma de gripe e a procurarem o Posto de Saúde ou a UBS caso haja a exacerbação dos sintomas, sendo o principal deles a falta de ar.
- Concessão de recesso, pelo prazo de 15 dias, e suspensão temporária, enquanto perdurar a medida de quarentena, das intervenções em grupo realizada nos CRAS do município.
- Suspensão das visitas das residentes às famílias extensas e vice-versa, do serviço de acolhimento institucional e de atividades na comunidade pelo período de risco de contágio coletivo, incrementando as orientações e os autocuidados.
- Incrementação dos cuidados dispensados aos usuários e profissionais do acolhimento institucional, mediante a adoção de medidas sanitárias de prevenção à transmissibilidade perante a necessidade de isolamento social e promovendo a integração necessária entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde, mediante repasse do recurso emergencial de junho a dezembro de 2020.
- Antecipação de férias individuais aos profissionais atuantes nos serviços de assistência social, de 23 de março a 22 de abril de 2020, permanecendo no trabalho de modo escalonado em turnos quinzenais, apenas a equipe de referência (assistente social, psicóloga e coordenadora) do serviço socioassistencial para prestar o apoio e as orientações às famílias

Serviços de saúde

- Manutenção dos atendimentos eletivos ambulatoriais de saúde aos pacientes do CER II: reabilitação física e intelectual.
- Suspensão dos atendimentos aos pacientes com comprometimentos crônicos de saúde (por exemplo: doenças respiratórias, problemas cardíacos, fumantes, diabéticos) e aos pacientes idosos, acima de 60 anos.
- Suspensão dos atendimentos de saúde aos alunos da Escola de Educação Especial e aos usuários do serviço socioassistencial de centro-dia, durante o recesso.
- Antecipação de férias individuais aos profissionais da saúde, de 24 de março a 23 de abril de 2020, exceto para médica neurologista e enfermagem e retomada ao trabalho de modo escalonado a um grupo profissional de 27 de abril a 01 de maio e, ao outro grupo, de 04 a 08 de maio de 2020, registrando como banco de horas. E após esse período, houve o retorno presencial dos atendimentos ambulatoriais a todos os pacientes, embora de modo escalonado, com redução do número de pacientes/dia e agendamento prévio, denominado

horário pandemia até o final do ano.

- Implantação na recepção de um serviço de triagem dos pacientes em atendimento ambulatorial, com a avaliação e orientação das enfermeiras e das técnicas de enfermagem, incluindo visita aos domicílios de pacientes com graves comprometimentos.

- Disponibilização de máscara facial, de uso obrigatório nos estabelecimentos que executam atividades essenciais (saúde), e incremento ao uso de outros EPIs – Equipamentos de Proteção Individual (jaleco, óculos, luvas, touca) e do *face shield*.

Elaboração do plano de contingências contra o coronavírus contendo medidas de contenção de danos referente à gestão administrativa:

a) Da recepção

- Incremento da higienização constante das maçanetas, das bancadas, dos equipamentos e do mobiliário e também do piso das áreas de maior circulação de pessoas (a cada 1 hora).

- Disponibilização de álcool em gel na entrada do recinto e em diversos pontos de circulação de pessoas, assim como nas salas de atendimento.

- Fixação de cartazes com explicações claras sobre a lavagem das mãos com água e sabão.

- Adoção de marcações nas cadeiras, incentivando o distanciamento de 1,5m entre as pessoas.

- Ventilação natural do ambiente, preferencialmente.

- Implantação da triagem da enfermagem: checagem da temperatura na entrada da Instituição e de suas unidades, isolamento do paciente que apresentar qualquer sintoma de gripe e orientação quanto às medidas preventivas e ao encaminhamento aos respectivos serviços públicos, como do CAC – Centro de Atendimento ao Coronavírus –, existentes em Jaboticabal; além de fazer o monitoramento de situações, impedindo que pessoas sintomáticas adentrem no recinto.

- Restrição a um acompanhante para cada paciente, que deverá aguardar o atendimento preferencialmente no ambiente externo.

- Adaptação de barreira acrílica de proteção no balcão da recepção.

- Instalação de tapete sanitizante para a desinfecção de calçados.

b) Da sala de prontuário

- Recomendação quanto a alternar horários de preenchimento dos prontuários, evitando aglomerações;

- Ventilação natural do ambiente, preferencialmente.

- Higienização frequente das mãos.

c) Salas de atendimento ambulatorial/salas de aula/salas socioassistenciais/salas administrativas

- Disponibilização de álcool em gel 70% em todas as mesas para a higienização das mãos;

- Manutenção de janelas abertas para a maior circulação do ar.

- Colocação de cartazes explicativos sobre medidas preventivas ao contágio pelo coronavírus.

- Intensificação da higienização dos ambientes, principalmente dos banheiros, pisos dos locais de grande circulação de pessoas e de superfícies de contato.

d) Do refeitório

- Extensão do período de refeição para colaboradores se dividirem e evitar aglomeração.
- Espaçamento maior entre as mesas de refeição e redução do número de cadeiras/mesas e orientação para colaboradores sentarem com maior distância uns dos outros e higienização constante das mesas e cadeiras.
- Portas e janelas mantidas abertas facilitando a ventilação interna e a renovação do ar.
- Disponibilização de álcool em gel 70% na entrada do refeitório para a higienização das mãos, além do lavatório;
- Fixação de cartazes com explicações claras sobre lavagem das mãos com água e sabão.
- Demarcação de 1,5m no piso, referente ao distanciamento entre as pessoas que aguardam serem servidas.
- Suspensão do sistema de *self service* e indicação de cozinheiro para servir o buffet; além de embalar talheres.
- Ocupação das mesas de refeição, preferencialmente entre equipes que trabalham num mesmo setor.

e) Do uso dos veículos

- Disponibilização de álcool em gel para todos os veículos.
- Intensificação do agendamento do veículo adaptado da APAE para o transporte de pacientes do domicílio ao serviço e vice-versa.

f) Da comunidade

- Postagens nas redes sociais sobre os riscos de contaminação pela Covid-19, de estímulo ao uso de máscara facial, da lavagem das mãos com água e sabão ou do uso de álcool em gel e sobre a importância do isolamento social.
- Distribuição de cestas básicas às famílias atendidas pela APAE e doação de excedente dos gêneros alimentícios a serviço de acolhimento institucional local, oriundos do auxílio emergencial destinado pelo Governo Federal ao município, decorrente do estado de calamidade pública.
- Disponibilização de telefones fixos dos serviços prestados pela APAE para esclarecimentos e orientações sobre os atendimentos e também relacionados à Covid-19, além da utilização do aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp* para a comunicação com as famílias de alunos, usuários e pacientes.
- Oficialização dos órgãos públicos parceiros com relação ao plano de contingência da APAE de Jaboticabal e as medidas adotadas.

g) Da equipe APAE

- Concessão de recesso aos profissionais de educação e de assistência social, pelo prazo de 15

dias, logo após o decreto de estado de calamidade pública.

- Manutenção dos atendimentos de saúde, uma vez que não há orientação específica do Ministério da Saúde sobre suspensão de atividades, cancelando atendimentos de pacientes em grupo.
- Disponibilização de máscara facial, de uso obrigatório, entre outros EPIs, conforme exigência da atividade profissional, incentivando a paramentação para a segurança dos profissionais.
- Indicação dos serviços de enfermagem e de técnico de enfermagem para a aferição da temperatura dos colaboradores, 02 vezes ao dia.
- Acolhimento de queixas sobre o estado de saúde dos colaboradores pelo serviço de técnico de enfermagem, com aplicação de questionário controle e orientação quanto aos procedimentos cabíveis para cada caso, retornando a informação ao responsável pelo RH.
- Concessão de recesso ao colaborador considerado grupo de risco à contaminação pelo coronavírus, por apresentar comorbidades, contando com acompanhamento diário dos casos de profissionais afastados pelo serviço de enfermagem, não havendo prejuízo ao profissional quanto a salários ou faltas.
- Afastamento das atividades na Instituição, dos profissionais com sintomas de gripe ou testado positivo para a Covid-19, mediante atestado médico.

A APAE de Jaboticabal acompanhou atentamente a estes atos administrativos publicados no decorrer do exercício de 2020, readequando os serviços prestados às pessoas com deficiência e às suas famílias, mediante a adoção de medidas preventivas e restritivas para se evitar aglomerações, conforme recomendações dos protocolos do Ministério da Saúde e outras de cunho Estadual e Municipal, além de medidas trabalhistas.

Assim, sob a anuência dos parceiros públicos, foram realizados ajustes aos serviços padronizados e destinados às pessoas com deficiências e às suas famílias, mantendo-se a prestação de serviços especializados, substituindo a forma presencial pela remota, exceto em se tratando de atividade essencial do atendimento em saúde, investindo nas medidas sanitárias de prevenção e de cuidar dos mais vulneráveis, reforçando a necessidade de higiene pessoal e de ambientes, vitais para evitar a transmissão e o contágio do coronavírus, dando continuidade à execução dos objetos pactuados, com segurança e com o menor prejuízo possível aos beneficiários destes serviços.

Também no âmbito trabalhista, a Instituição propiciou a contratação de várias categorias profissionais em caráter de preenchimento das vagas existentes, efetuou demissões por motivos alheios ao do estado de calamidade e urgência em saúde e não efetivou contratações de novos colaboradores na condição de estágio (CIEE), como medidas de adaptação à realidade trazida pela pandemia.

Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, a APAE de Jaboticabal tomou ciência de medidas tributárias e não tributárias lançadas pelo governo federal no sentido de preservação de emprego e renda, adotando apenas e tão somente os preceitos da Medida Provisória Nº 927/2020, referentes a teletrabalho, antecipação de férias individuais e banco de horas.

Por fim, o exercício de 2020 foi encerrado com uma nova organização da prestação de serviços especializados nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social e com uma nova rotina de procedimentos no combate à contaminação e transmissibilidade do coronavírus que perdurará pelo tempo necessário, podendo ocorrer outras adaptações, conforme as mudanças no cenário epidemiológico e as normativas de enfrentamento à Covid, cabendo à Direção Administrativa e à Direção Técnica das áreas de atuação o monitoramento das ações e da aplicação dos recursos públicos, a avaliação e mensuração de eventuais efeitos econômico-financeiros que possam impactar ou comprometer a continuidade dos serviços, como forma de preservar e adequar seus atos seguindo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e da transparência no cumprimento de sua missão.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas – CPC para PMEs –, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Consideram ainda as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em consonância à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, na nota explicativa 4. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Entidade, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 22 de abril de 2022. Depois de concluídas, as demonstrações financeiras serão submetidas à apreciação e à aprovação do Conselho Diretor.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Entidade de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Entidade está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

As operações da Entidade são continuadas. Portanto, não há operação descontinuada para ter a segregação na demonstração do resultado do exercício.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é firmado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de

juízo e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações financeiras estão expressas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, e consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício, iniciado em 1º de janeiro de 2021, que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Entidade.

2.2. Ativos e passivos financeiros

2.2.1. Classificação

A Entidade classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, na finalidade e nas características pelos quais foram adquiridos mensurando inicialmente pelo valor justo. Subsequentemente os ativos financeiros são classificados entre o custo amortizado, o valor justo por meio de outros resultados abrangentes e o valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.2.2. Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão do ativo ou do passivo financeiro. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos, quando aplicável, e os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Outras receitas (despesas) líquidas” no período em que ocorrem. Os valores justos dos ativos e dos passivos com cotação pública são baseados nos preços de negociação na data de fechamento, se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Entidade estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Entidade.

2.2.3. *Impairment* de ativos financeiros

A Entidade avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por um valor superior ao seu valor recuperável. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Entidade usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras ou (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido, e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será identificada na demonstração do resultado.

2.2.4. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores e outras obrigações a pagar. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e os financiamentos, quando aplicáveis, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Os ganhos e as perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(i) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

3. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (a) Análise do risco de crédito para a determinação da perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na nota explicativa 4c.
- (b) Análise dos demais riscos para a determinação de provisões, inclusive contingências. As provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para a sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e a sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável, de acordo com a nota explicativa 4j.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma:

a) Apuração do resultado

As receitas e as despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. A receita com serviços prestados representa o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por numerários em caixa, saldos em banco conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) Contas a receber

São demonstradas pelos valores relativos aos convênios firmados com órgãos governamentais, municipais, estaduais e federais, bem como entidades particulares, referentes aos serviços prestados até a data do balanço. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida por estimativa com base em análise dos créditos em aberto, quando aplicável.

d) Investimentos

São representados por participação em outra sociedade avaliada pelo custo de aquisição.

e) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição e parcialmente deduzido pelo valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

f) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, caso seja aplicável.

g) Receita diferida – doação governamental

É demonstrada pelo valor justo e transferida para o resultado em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo imobilizado.

h) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

i) Ajuste a valor presente de ativos e de passivos

Quando aplicável, os ativos e os passivos circulantes e não circulantes são ajustados pelo valor presente, levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos, e se relevantes, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Entidade possui total controle da

situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Já os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Entidade, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

k) Circulante e não circulante

Os ativos e os passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2021	2020
Caixa e bancos conta movimento	68.571	90.265
Aplicações financeiras	1.019.456	968.172
Total	1.088.027	1.058.437

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins, sendo que a Entidade considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações em fundos de investimentos são remuneradas de acordo com a variação de suas respectivas cotas, e a operação compromissada é remunerada à taxa média da variação do CDI, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Entidade.

6. Contas a receber

Descrição	2021	2020
Verba municipal	321.699	352.251
Verba federal	387.206	225.567
Verba estadual	-	9.260
Total	708.905	587.078

São representadas por saldos a receber referentes a subvenções a receber.

7. Investimentos

a) Composição

Descrição	2021	2020
Cooperativa de crédito	21.679	15.920

b) Movimentação do saldo

Descrição	2020	Adições	2021
Cooperativa de crédito	15.920	5.759	21.679

8. Imobilizado

a) Composição

Descrição	2021	2020
Terrenos	12.500	12.500
Edificações	630.004	630.004
Máquinas e equipamentos	458.105	267.903
Móveis e utensílios	637.370	573.750
Veículos	247.672	89.701

Continua...

...Continuação

Descrição	2021	2020
Equipamentos de informática	203.176	176.581
Outros	6.500	24.672
	2.195.327	1.775.111
(-) Depreciação acumulada	(385.962)	(329.454)
Total	1.809.365	1.445.657

Não há um cadastro físico e financeiro atualizado dos bens do ativo imobilizado, bem como as depreciações destes bens não são calculadas e registradas na contabilidade dos bens não controlados. Este controle começou a ser feito pela Entidade a partir das adições do exercício de 2012.

b) Movimentação do imobilizado

Descrição	2021	2020
Saldo inicial	1.445.657	1.357.773
(+) Aquisições	420.216	139.018
(-) Depreciações	(56.508)	(51.134)
Total	1.809.365	1.445.657

9. Empréstimos e financiamentos

Descrição	2021	
	Circulante	Não circulante
Financiamento de bens e serviços	65.000	195.000

Os encargos contratuais para os empréstimos, são de 18,29% ao ano, o vencimento da operação é em dezembro/2025. A garantia é alienação fiduciária de máquinas e equipamentos.

10. Provisão para demandas judiciais

Descrição	2021	2020
Provisão para demandas judiciais	2.000	14.000

A Entidade, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis.

Juntamente com a assessoria jurídica, a Administração da Entidade identificou eventos passados que se caracterizassem por uma contingência ou riscos relevantes dos quais seja provável ou possível que um recurso econômico seja requerido para provisioná-los ou liquidá-los. Dessa forma, a Administração optou em constituir provisão para demandas judiciais para fazer face a eventuais perdas futuras para as ações trabalhistas com expectativa de perda provável estimada pelos assessores jurídicos.

11. Receita diferida – doação governamental

Descrição	2021	2020
Máquinas e equipamentos	92.284	92.284
Móveis e utensílios	286.756	227.733
Veículos	203.171	87.971
Equipamentos de informática	132.097	108.991
Imóveis	51.629	51.629
(-) Apropriação acumulada	(309.715)	(235.895)
Total	456.222	332.713

A Entidade registrou a doação governamental, com base na resolução nº 1.305 de 25 de novembro de 2010, pelo valor justo e será apropriada como receita em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo imobilizado vinculado.

12. Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é representado por esse patrimônio acrescido dos superávits ou deduzido dos déficits do exercício.

13. Subvenções e doações

Descrição	2021	2020
Federal		
Educação	404.280	363.000
Saúde (atendimento SUS)	2.009.289	1.695.754
Assistência social	96.066	122.328
	2.509.635	2.181.082
Estadual		
Educação	487.395	491.103
Assistência social	250.707	176.852
	738.102	667.955
Municipal		
Educação	280.205	275.130
Saúde	-	285.250
Assistência social	201.325	224.906
	481.530	785.286
Privadas		
Assistência social	15.301	-
	15.301	-
Doações de associados e telemarketing	300.058	286.362
Outras receitas (doações e campanhas)	355.605	330.726
Total	4.400.231	4.251.411
Subvenções e doações públicas e privadas	2.449.882	2.555.657
Serviços prestados – atendimento SUS	1.950.349	1.695.754
Total	4.400.231	4.251.411

15. Despesas Gerais e administrativas

Descrição	2021	2020
Alimentação	(159.942)	(116.069)
Bens de pequeno valor	(7.709)	(5.164)
Combustíveis e lubrificantes	(27.720)	(22.076)
Depreciação	(86.709)	(51.134)
Despesa com pessoal	(3.924.706)	(4.651.471)

...Continua

Continuação...

Descrição	2021	2020
Despesas com seguros	(8.591)	(10.072)
Despesas de aluguel	-	(564)
Despesas de manutenção	(60.660)	(95.526)
Despesas postais	(307)	(311)
Diversos	(33.102)	(49.910)
Energia elétrica, água, gás e telefonia	(103.763)	(90.173)
Federação Estadual das APAES	(3.282)	(3.240)
Festa e eventos	(24.612)	(20.141)
Fretes e carretos	(993)	(7.634)
INSS - quota patronal	-	865.637
Legais e judiciais	(852)	(1.035)
Licenciamento	(99)	(617)
Manutenção	(54.345)	(52.224)
Materiais de consumo e diversos	(322.466)	(385.857)
Materiais de limpeza	(33.694)	(49.803)
Perdas	(2.179)	(35)
Propaganda	(12.900)	(15.701)
Serviços prestados - pessoa jurídica	(108.642)	(116.876)
Serviços prestados voluntariados	(144.000)	(111.980)
Taxas	(183)	(897)
Viagens e estadias	(11.274)	(10.296)
Receitas diferidas doação	-	42.724
Total	(5.132.730)	(4.960.445)

16. Outras receitas operacionais

Descrição	2021	2020
Serviços prestados voluntariados adm.	144.000	111.980
Outras receitas	125.869	-
Total	269.869	111.980

17. Resultado financeiro líquido

Descrição	2021	2020
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	42.366	26.330
Descontos obtidos	332	308
	<u>42.698</u>	<u>26.638</u>
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(13.508)	(15.482)
Despesas financeiras diversas	(2.289)	(379)
	<u>(15.797)</u>	<u>(15.861)</u>
Total	<u>26.901</u>	<u>10.777</u>

18. Demonstrações do resultado do exercício por atividade

Descrição	2021	2020
Receitas de atividades de assistência social		
Subvenção da Prefeitura Municipal de Jaboticabal	31.100	28.866
Convênios	516.999	537.579
Doações	470.089	437.638
Outras receitas	63.300	59.180
Receitas financeiras	499	69
	<u>1.081.987</u>	<u>1.063.332</u>
Receitas de atividades de educação		
Subvenções governamentais	227.582	219.302
Convênios	952.288	957.706
Doações	158.165	127.709
Outras receitas	48.000	36.400
Receitas financeiras	3.517	610
	<u>1.389.552</u>	<u>1.341.727</u>

...Continua

...Continuação

Descrição	2021	2020
Receitas de atividades de saúde		
Convênios	2.372.352	2.281.070
Doações	27.408	51.741
Outras receitas	48.000	36.400
Receitas financeiras	22.756	12.993
	2.470.516	2.382.204
Receitas não vinculadas à atividade		
Receitas financeiras	51.926	18.570
Nota fiscal paulista	11.952	-
Isenções usufruídas	909.601	899.580
Receitas diferidas sobre subvenções	77.918	37.121
	1.051.397	955.271
Receitas totais	5.993.452	5.742.534
Despesas de atividades de assistência social		
Despesas com pessoal	(464.428)	(361.157)
Despesas gerais e administrativas	(281.891)	(213.116)
Despesas com projetos/atividades	(832.225)	(787.240)
	(1.578.544)	(1.361.513)
Despesas de atividades de educação		
Despesas com pessoal	(124.497)	(66.183)
Despesas gerais e administrativas	(122.916)	(108.699)
Despesas com projetos/atividades	(1.396.872)	(1.401.275)
	(1.644.285)	(1.576.157)

Continua...

...Continuação

Descrição	2021	2020
Despesas de atividades de saúde		
Despesas com pessoal	(37.356)	(40.846)
Despesas gerais e administrativas	(60.053)	(47.692)
Despesas com projetos/atividades	(2.686.461)	(2.835.726)
	(2.783.870)	(2.924.264)
Despesas não vinculadas à atividade		
Despesas gerais e administrativas	(9.757)	(19.315)
Outras despesas	(23.836)	(21.399)
Despesas financeiras e outras	(17.836)	(15.963)
	(51.429)	(56.677)
Despesas totais	(6.058.128)	(5.918.611)
Resultado do exercício	(64.676)	(176.077)

19. Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

19.1. Assalariados (*Cota patronal*)

Mês	Base de			2021	2020
	cálculo	Empregador	Outros	Valor Isenção	Valor Isenção
Janeiro	246.537	55.998	6.869	62.867	70.184
Fevereiro	245.215	55.218	7.312	62.530	66.823
Março	252.458	56.487	7.890	64.377	68.136
Abril	273.535	62.930	6.821	69.751	75.601
Maio	268.962	62.211	6.375	68.585	65.660
Junho	268.349	62.414	6.015	68.429	64.044
Julho	274.033	63.667	6.211	69.878	64.542

...Continua

...Continuação

Mês	Base de			2021	2020
	Cálculo	Empregador	Outros	Valor Isenção	Valor Isenção
Agosto	272.727	63.367	6.178	69.545	64.451
Setembro	271.620	63.077	6.186	69.263	66.954
Outubro	267.833	62.037	6.261	68.297	68.328
Novembro	269.021	62.209	6.392	68.600	65.200
Dezembro	280.535	62.994	8.543	71.536	65.110
13º salário	242.045	55.649	6.072	61.721	60.604
Total	3.432.870	788.258	87.125	875.379	865.637

20. Contribuições para seguridade social

A Lei nº 9.732 de 11 de dezembro 1998 alterou os dispositivos da Lei nº 8.212/91, no que se refere aos requisitos para isenção de contribuições para seguridade social.

Essas alterações não acarretaram em incidências destas contribuições sobre as operações da Entidade por atender integralmente aos novos requisitos que lhe permitem a totalidade das isenções.

A Entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado. Ela também aplica integralmente no país os seus recursos e superávits na manutenção dos seus objetivos sociais.

21. Gratuidades

A Entidade atende aos requisitos que caracterizam as entidades de finalidade de assistência social oferecendo gratuitamente todos os seus serviços prestados à comunidade, portanto, cumpre na totalidade nos termos da legislação federal, estadual e municipal e, em especial, aos preceitos do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Descrição	2021	2020
Assistência social		
Governamental	707.371	655.386
Recursos próprios	648.760	514.853
Parcerias com empresas privadas	15.432	-
	1.371.563	1.170.239
Saúde		
Governamental	2.216.612	2.366.470
Recursos próprios	95.682	81.199
	2.312.294	2.447.669
Educação		
Governamental	1.172.471	1.176.446
Recursos próprios	240.768	167.999
	1.413.239	1.344.445
	5.097.096	4.962.353
Não vinculadas		
Recursos próprios	51.108	56.560
	51.108	56.560
Total	5.148.204	5.018.913

22. Trabalhos voluntários

O trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço recebido pela Entidade de acordo com a Resolução CFC Nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a NBC ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros.

A Associação mensurou os trabalhos voluntários recebidos com base numa estimativa dos valores praticados pelo mercado, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2021	2020
Remuneração estimada	144.000	111.980

23. Cobertura de seguros

A Administração da Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.
